

# Estudo Técnico Preliminar 87/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo:

## 2. Descrição da necessidade

Trata-se da necessidade de fornecimento de energia elétrica para o Complexo da Polícia Federal no Setor Policial Sul, em Brasília-DF. Este estudo visa fornecer os dados de consumo e de demanda de energia elétrica no complexo da PF no Setor Policial Sul, em Brasília-DF, no período de janeiro de 2022 a junho de 2024 e, baseado nestes dados, fornecer uma estimativa daquilo que deverá ser consumido no ano de 2025, através de tratamentos estatísticos aplicados ao histórico dos valores das respectivas tarifas de consumo e demanda. O estudo preliminar visa proporcionar uma maior eficiência na contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica e busca, ainda, trazer maior transparência ao processo licitatório, dando publicidade aos gastos anteriores com energia elétrica.

Com efeito, a inexigibilidade de licitação encontra-se presente quando houver inviabilidade de competição, ou seja, quando um dos contendoros reúne qualidades tais que se torna único, exclusivo, "sui generis", a tal ponto que inibe os demais licitantes, sem condições competitivas.

Na Lei n. 14.133/2021, a figura da inexigibilidade consta disciplinada pelo artigo 74:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

*I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.*

*(....)*

A ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, **firmou Contrato de Concessão n. 66/99 - ANEEL** (publicado no DOU n. 174-E de 10/09/1999), tendo como concessionária a CEB - Companhia Energética de Brasília, hoje NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A., que definiu na cláusula primeira - **objeto do contrato**: regula a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica objeto da concessão de que é titular a CONCESSIONÁRIA, no Distrito Federal, reagrupada, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.074/95 e do Decreto nº 1.717/95, por meio da Resolução ANEEL nº 212, de 23 de junho de 1999, publicada no Diário Oficial de 24 de junho de 1999, cujo prazo foi prorrogado de conformidade com a Portaria MME nº 254, de 12 de julho de 1999, publicada no Diário Oficial de 13 de julho de 1999.

Assim, o presente objeto alinha-se na hipótese enquadrável na regra geral do artigo 74, inciso I, da Lei n. 14.133 de 2021 pois demonstrada a exclusividade no fornecimento de energia elétrica no Distrito Federal, por restar inviabilizada, neste caso, a realização de procedimento licitatório, haja vista a ausência de pressuposto lógico, traduzido na figura do fornecedor exclusivo. Atualmente o serviço vem sendo prestado pela **NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A. por meio do Contrato n. 26/2018-CGAD/DLOG/PF, cuja vigência iniciada em 06 de outubro de 2018 possui prazo indeterminado, conforme Orientação Normativa AGU n. 36, de 13 de dezembro de 2011.**

Contudo, com a eficácia da Lei n. 14.133/2021, a Portaria SEGES/MGI N. 1.769, de 25 de abril de 2023 definiu regras de transição para o uso da nova Lei nas contratações públicas, fazendo constar do art. 5º:

Art. 5º Os contratos celebrados com vigência por prazo indeterminado, como os serviços públicos essenciais de **energia elétrica**, água e esgoto, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU nº 36, de 13 de dezembro de 2011, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024, **e providenciadas as novas contratações de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021.**(grifei).

Do exposto, em observância ao adequado planejamento, é iniciado, tempestivamente a nova contratação.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

DICON/CGAD/DLOG/PF

VINICIUS TESSINARI DE CARVALHO

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos legais:

- Contrato de Concessão n. 66/99 - ANEEL que define regras para a distribuição de energia elétrica que celebram a União, por intermédio da Agência nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e a CEB - Companhia Energética de Brasília, hoje NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO ENERGIA S.A., cujo prazo de vigência é de até 07 de julho de 2045.

- Lei n. 14.133 de 2021, que dispõe normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

- Decreto n. 9.507/2018 dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedade de economia mista controladas pela União.;

- Instrução Normativa SLTI/MP n. 05/2017, dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados ou não;

Requisitos gerais:

Fornecimento de energia elétrica é essencial para o funcionamento das atividades laborais das unidades beneficiadas com a contratação, cuja interrupção comprometeria a continuidade das atividades funcionais tanto das área de apoio e meio, bem como, finalísticas.

A medição da energia fornecida, em todos os seus parâmetros, será efetuada por meio de equipamento de medição pertencentes e instalados pela concessionária, nas unidades consumidoras, de acordo com suas normas e padrões.

## 5. Levantamento de Mercado

A futura contratada é concessionária de distribuição e fornecimento de energia elétrica. Atualmente, a NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A. é a única distribuidora de energia elétrica no Distrito Federal. De acordo com o Contrato de Concessão n. 66/99 - ANEEL, este contrato não confere à CONCESSIONÁRIA direito de exclusividade relativamente aos consumidores de energia elétrica que, por força da Lei n. 9074/95, possam adquirir energia elétrica de outro fornecedor. Também não confere exclusividade de atendimento da CONCESSIONÁRIA nas áreas onde ficar constatado pela ANEEL, conforme procedimento a ser definido em regulamentação própria, a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da Lei n. 9.074/95.

As modalidades tarifárias são um conjunto de tarifas aplicáveis ao consumo de energia elétrica e à demanda de potência ativa. Elas são definidas de acordo com o Grupo Tarifário, segundo as opções de contratação definidas na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 e no Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret. Já a tarifa de energia representa o preço da energia consumida, cobrado por unidade consumidora(R\$/kWh). A definição das tarifas é responsabilidade da ANEEL, que age em conformidade com as leis e os contratos de concessão estabelecidos com as empresas distribuidoras.

## 6. Descrição da solução como um todo

A futura contratada é concessionária de distribuição e fornecimento de energia elétrica. Atualmente, a NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A. é a única distribuidora de energia elétrica no Distrito Federal. De acordo com o Contrato de Concessão n. 66/99 - ANEEL, este contrato não confere à CONCESSIONÁRIA direito de exclusividade relativamente aos consumidores de energia elétrica que, por força da Lei n. 9074/95, possam adquirir energia elétrica de outro fornecedor. Também não confere exclusividade de atendimento da CONCESSIONÁRIA nas áreas onde ficar constatado pela ANEEL, conforme procedimento a ser definido em regulamentação própria, a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da Lei n. 9.074/95.

A solução a ser implementada deve ser a contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica da concessionária presente no âmbito do Distrito Federal/DF, a NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.

A prestação de serviço ocorrerá nas unidade e respectivo endereço relacionado:

- Complexo da Polícia Federal, Setor Policial Sul, SAIS Quadra 7 - Asa Sul, Brasília- DF.

Em caso de alteração de endereço das unidades beneficiadas, desde que dentro do Distrito Federal, será realizado aditamento contratual para conter o novo endereço e as novas tarifas, se for o caso, conforme informações tarifárias do site da concessionária.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O fornecimento de energia elétrica será prestado de forma contínua e ininterrupta por prazo indeterminado, com prazo inicial a contar da assinatura do instrumento de contratação - nos termos da ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, bem como o artigo 71 da LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016, conforme demanda mensal a ser medida pela NEOENERGIA e serviço acompanhado por agente público da contratante.

A demanda necessária pelas unidades beneficiadas pela contratação levou em conta o consumo estimado e o efetivamente executado por meio da atual contratação – Contrato n. 26/2018-CGAD/DLOG, além do quantitativo de KW efetivamente medido nos exercício de 2022, 2023 e até junho de 2024, conforme planilha contida no item 8 deste documento.

Para fins de enquadramento da unidade consumidora, o complexo da Polícia Federal no Setor Policial Sul conta com uma entrada, subestação distribuidora, em média tensão (13,2 kV) e linhas de distribuição internas ao complexo, que distribuem a energia em 13,2 kV, rebaixando-a para 380/220 V nas subestações das edificações (abrigadas, ao tempo e aéreas).

A unidade consumidora do complexo da Polícia Federal no Setor Policial Sul está enquadrada na modalidade tarifária verde do Grupo A, subgrupo A4, no ambiente de contratação regulada (ACR).

De acordo com a Resolução Normativa nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), como a carga instalada no complexo supera os 75 kW e a demanda a ser contratada é inferior a 2.500 kW, a tensão de fornecimento deve ser inferior a 69 kV, caracterizando o enquadramento da unidade consumidora no Grupo A (grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento igual ou superior a 2,3 kV).

Dentre os subgrupos existentes no Grupo A esta unidade consumidora recai sobre o subgrupo A4, tendo em vista que a linha de distribuição da rede pública existente para o local possui as características deste subgrupo (13,2 kV).

A escolha pela modalidade “verde” se deu em função de que estudos prévios mostraram que não compensaria a adesão à tarifação horo-sazonal azul (que taxa de maneira diferente a demanda em horário de ponta e fora de ponta).

Em linhas gerais, na modalidade tarifária verde, se pactua com a concessionária de energia a demanda pretendida pelo Consumidor (“Demanda Contratada”), independentemente da hora do dia. A fatura da energia elétrica deste consumidor é, então, composta da soma de parcelas referentes ao consumo, demanda e ultrapassagem, Contribuição para Iluminação Pública (CIP), descontos previstos em Lei e eventuais acréscimos/decréscimos decorrentes de multas ao consumidor ou penalizações à concessionária por não atendimento a padrões de qualidade no fornecimento de energia.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 8.695.051,73

As modalidades tarifárias são um conjunto de tarifas aplicáveis ao consumo de energia elétrica e à demanda de potência ativa. Elas são definidas de acordo com o Grupo Tarifário, segundo as opções de contratação definidas na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 e no Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret. Já a tarifa de energia representa o preço da energia consumida, cobrado por unidade consumidora(R\$/kWh). A definição das tarifas é responsabilidade da ANEEL, que age em conformidade com as leis e os contratos de concessão estabelecidos com as empresas distribuidoras.

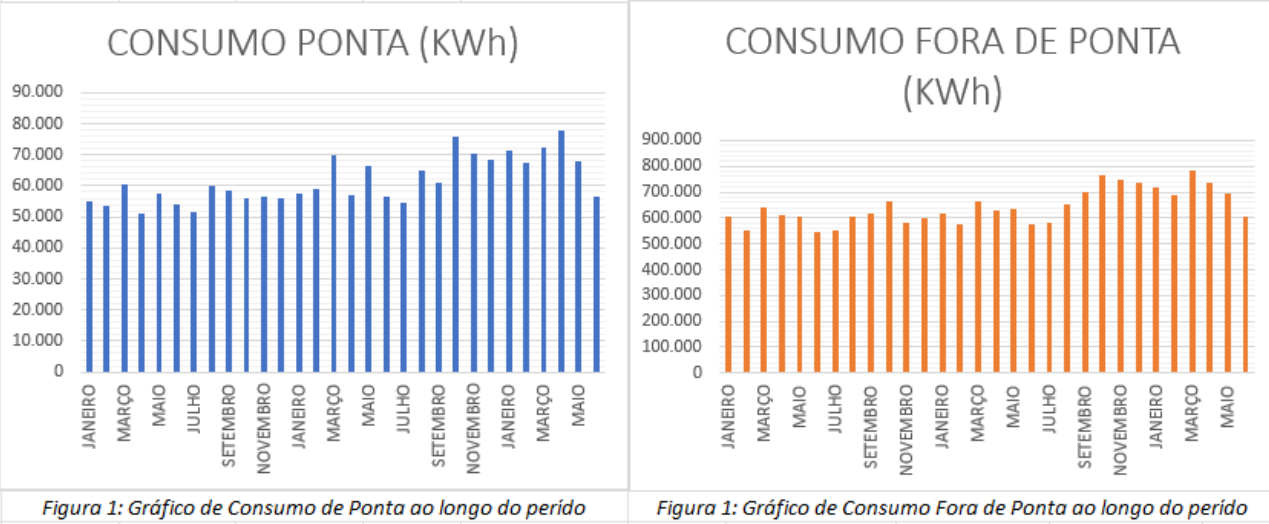
O valor estimado da despesa, será calculado na forma estabelecida no art. 23 da Lei 14.133/2021. Assim, tomando como parâmetro a vigência do contrato de concessão, e tendo em conta que o atual contrato – Contrato n. 26/2018, deve ser extinto até 31 de dezembro de 2024, serão considerados 12 (doze) meses para cálculo do valor orçamentário da contratação.

De todo modo, em caso de a formalização do novo instrumento ocorrer em período anterior à data limite de vigência do atual contrato, 31 de dezembro de 2024, necessário ajuste ao valor estimado da contratação observando-se o(s) mês(es) que antecederem a contratação.

A estimativa para o valor anual da nova contratação considerou o consumo efetivamente executado nos anos de 2022, 2023 e proporcional do atual exercício 2024, o qual será exposto a seguir.

O consumo de energia elétrica se refere à soma das medições de energia ativa consumida por uma unidade consumidora ao longo de um ciclo de faturamento. A medida é o KWh.

A figura 1 corresponde ao consumo de energia elétrica em horário de ponta (das 18h às 21h) relativo ao período compreendido entre janeiro de 2022 a junho de 2024. A figura 2 corresponde ao consumo de energia elétrica em horário fora de ponta no mesmo período.



Da figura 1 e da figura 2, retira-se os seguintes dados, dispostos na Tabela 1:

Tabela 1 - Resumo de Dados de Consumo				
	Média de 2022 (KWh)	Média de 2023 (KWh)	Média de 2024 (KWh)	Média Histórica (KWh)
Consumo de Ponta	55.763	63.510	69.022	62.765
Consumo Fora de Ponta	598.369	655.455	704.769	652.864

Percebe-se um aumento no consumo de acordo com a média do consumo de energia, tanto no horário de ponta (entre 18h e 21h) quanto no horário fora de ponto.

Para demonstrar a sazonalidade no consumo, organizou-se, também, os dados divididos por mês ao longo dos dois anos sob análise. Os dados de consumo em horário de ponta constam na Tabela 2 e Figura 3. Os dados de consumo em horário fora de ponta constam na Tabela 3 e Figura 4. Todos os dados estão apresentados em kWh.

Tabela 2 - Dados Mensais de Consumo em Horário de Ponta												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2022	54.813	53.316	60.425	51.000	57.558	53.828	51.444	60.058	58.436	55.970	56.452	55.858
2023	57.405	59.151	69.824	57.248	66.383	56.745	54.596	65.139	60.893	75.758	70.597	68.383
2024	71.491	67.599	72.552	77.804	67.953	56.731						

Tabela 3 - Dados Mensais de Consumo em Horário Fora de Ponta												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2022	607.786	549.019	638.397	609.687	605.350	548.630	551.443	603.630	618.429	667.577	583.621	596.857
2023	617.512	573.289	666.420	627.520	632.108	573.411	580.035	651.824	698.102	763.683	747.655	733.901
2024	716.458	689.474	780.880	737.928	697.145	606.728						

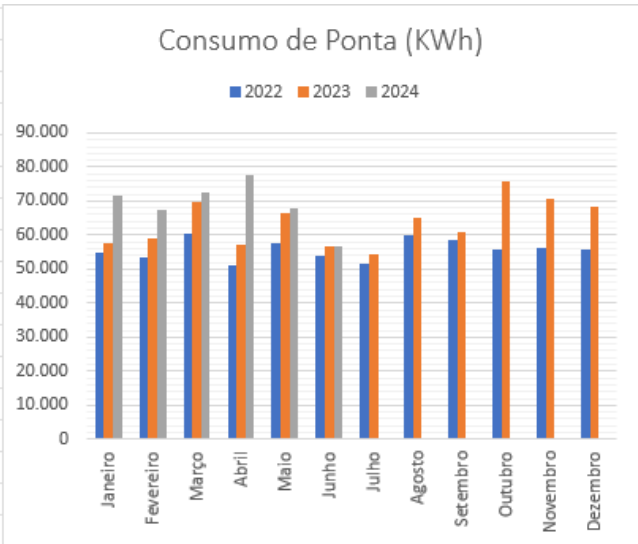


Figura 2 - Dados Mensais de Consumo em Horário de Ponta

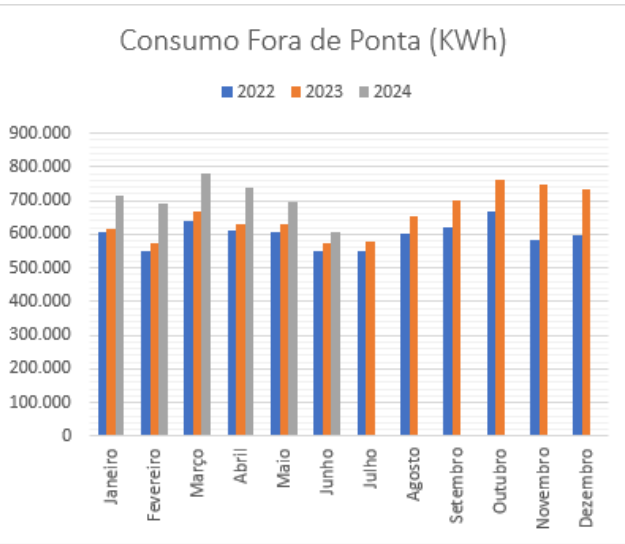


Figura 4 - Dados Mensais de Consumo em Horário Fora de Ponta

Dos dados aqui apresentados, conclui-se que o consumo em horário de ponta no complexo da PF no Setor Policial Sul sofreu um leve aumento entre os anos de 2022 e 2023, fato também observado nos primeiros meses dos anos de 2024. É possível perceber que nos meses de verão o consumo de energia elétrica aumenta devido ao uso mais intenso de climatização.

Quanto ao consumo em horário fora de ponta, percebe-se um aumento médio no consumo, tanto de 2022 para 2023, quanto para os primeiros meses de 2024.

Adentrando agora na questão da demanda, esta é a média das potências elétricas ativas ou reativas, solicitadas ao sistema elétrico pela parcela da carga instalada na unidade consumidora, durante um intervalo de tempo específico, expressa em KW. Quanto a demanda contratada, esta é a demanda de potência ativa a ser obrigatória e continuamente disponibilizada pela distribuidora, no ponto de entrega, conforme o valor e período de vigência fixado no contrato.

A Figura 5 corresponde à demanda solicitada pelo complexo da PF no Setor Policial Sul ao longo do período compreendido entre janeiro de 2022 e junho de 2024.

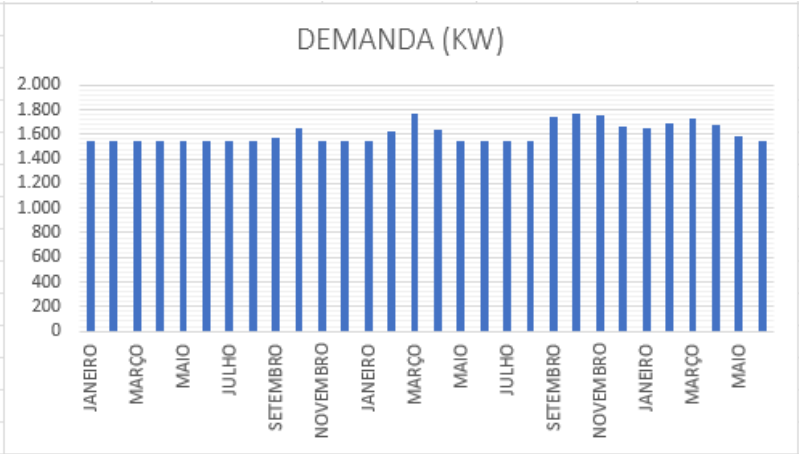


Figura 5 - Gráfico de Demandas Solicitadas ao longo do período

Da Figura 5 retiram-se os seguintes dados, dispostos na Tabela 4:

	Média de 2022 (KW)	Média de 2023 (KW)	Média de 2024 (KW)	Média Histórica (KW)
Demanda	1.560	1.642	1.645	1.616

Percebe-se que a média da demanda no período em análise oscila conforme a época do ano, sendo maiores nos meses que correspondem ao verão.

Já a média da demanda anual vem aumentando gradativamente ao longo do período em análise.

Para demonstrar a sazonalidade no consumo, organizou-se, também, os dados divididos por mês ao longo dos anos sob análise. Os dados de consumo em horário de ponta constam na Tabela 5 e Figura 6. Todos os dados estão apresentados em kW.

tabela 5 - Dados mensais de Demanda

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2022	1.550	1.550	1.550	1.550	1.550	1.550	1.550	1.550	1.577	1.646	1.550	1.550
2023	1.550	1.624	1.767	1.637	1.550	1.550	1.550	1.550	1.741	1.767	1.754	1.659
2024	1.646	1.685	1.724	1.676	1.590	1.550						

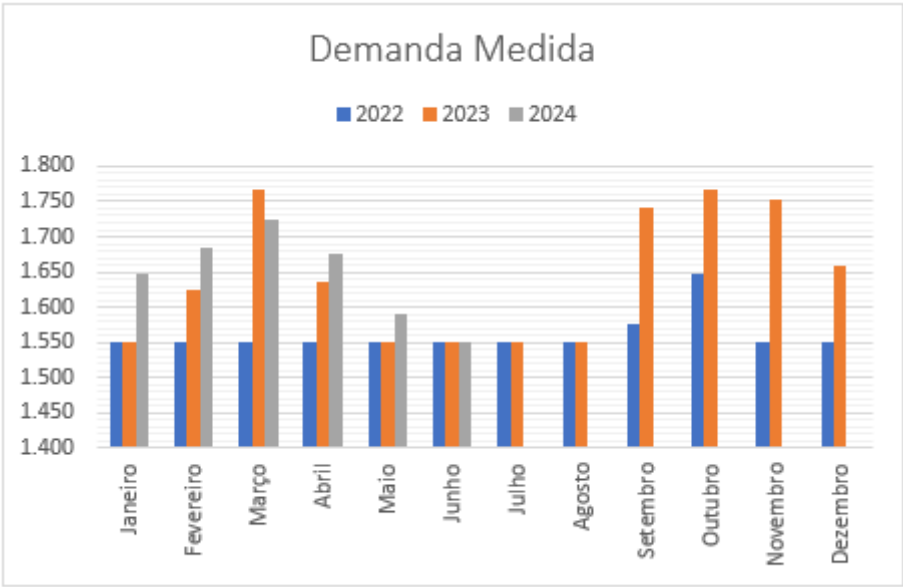


Figura 6 - Dados Mensais de Demanda

Dos dados aqui apresentados, conclui-se que a demanda no complexo da PF no Setor Policial Sul vem aumentando gradativamente ao longo do período analisado. Analisando o aumento demonstrado ao longo do período, a demanda atualmente contratada (1550 kW) mostra-se insuficiente. Analisando novamente os gráficos, é possível observar que o valor mais adequado para a demanda contratada é de 1650 kW.

Quanto aos gastos, a figura 7 ilustra o valor das faturas cobras pela concessionária local, referente ao consumo e demanda medidos no período de estudo.

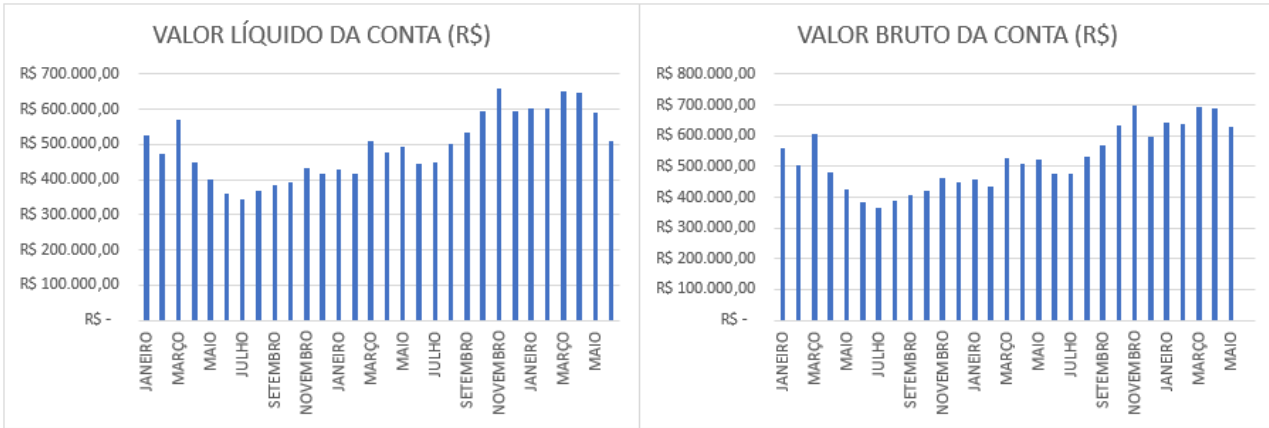


Figura 7 - Demonstrativo do Valor das Faturas

Da Figura 7 retiram-se os seguintes dados, dispostos na Tabela 6:

Tabela 6 - Resumo dos Gastos

	Média de 2022 (R\$)	Média de 2023 (R\$)	Média de 2024 (R\$)	Média histórica (R\$)
Valor líquido	R\$ 426.502,08	R\$ 508.757,76	R\$ 600.595,16	R\$ 511.951,00
Valor bruto	R\$ 454.436,42	R\$ 535.820,19	R\$ 658.716,04	R\$ 549.657,00

Analisando os gráficos e a tabela, é possível notar um aumento dos valores pagos de conta de energia elétrica, não só causado pelo aumento do consumo, mas também causado pelo aumento do valor cobrado pelo KWh. Uma combinação dos dois fatores.

Nos anos em análise, foi observado um aumento nas tarifas de consumo e demanda, impactando fortemente nos orçamentos destinados ao pagamento das faturas de energia elétrica.

Observando todos os gráficos e as tabelas apresentadas, observando a sazonalidade do consumo, as médias de consumo e valores de conta de anos anteriores, assim como a média de consumo e de gastos com energia elétrica do ano corrente, chega-se a um custo anual de **R\$8.695.051,73**, ou um custo mensal de **R\$724.587,64**, para o ano de 2025.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Pela inaplicabilidade ao objeto, não haverá parcelamento da solução.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A nova contratação visa substituir o atual contrato de mesmo objeto, o Contrato n. 26/2018, tendo em vista exigência legal. Não havendo contratações correlatas e/ou interdependentes no presente processo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico da Polícia Federal, contribuindo para que se atinjam os seguintes Objetivos Institucionais e Ações Estratégicas:

- Otimizar o emprego dos bens e recursos materiais.

Gestão de Contratos.

Portanto a contratação pretendida abrange os referidos aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

A contratação está alinhada com o Parecer referencial n. 00004/2024/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU. Esta contratação será realizada por meio do ambiente de contratação regulada (ACR). É importante salientar que estudos estão sendo realizados para se verificar a possibilidade de contratação de energia elétrica no ambiente de contratação livre (ACL), mediante licitação.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Prestação de serviços públicos de fornecimento de energia elétrica para as dependências da Polícia Federal na unidade de consumo localizada no Setor Policial Sul, de forma contínua e ininterrupta por prazo indeterminado a contar da data da assinatura do termo de contrato, conforme consumo mensal medido pela NEOENERGIA, para atender as demandas da localidade relacionada.

De todo modo, o principal resultado pretendido com a nova contratação é a transição para o uso da nova lei de licitações Lei 14.133/2021, conforme definido prazo pela Portaria SEGES/MGI N. 1.769, de 25 de abril de 2023.

## 13. Providências a serem Adotadas

Tendo em vista que já se encontra em vigor um contrato de fornecimento entre esta Unidade e a NEOENERGIA, e que já existem todas as instalações necessárias e suficientes para o fornecimento e recebimento na unidade predial, não haverá necessidade de novas providências para execução do novo contrato.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 6º e seus incisos da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010, a CGAD/DLOG/PF, quando da contratação de serviços, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

" I – (...);

II – (...);

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V – (...);

VI – (...);

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;."

A comprovação do disposto no item acima e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do Projeto Básico.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**HELIO DE SOUZA SILVEIRA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 27/09/2024 às 10:22:28.*

**THIAGO SANTOS DA CUNHA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 24/09/2024 às 15:43:27.*

**LEONARDO TEIXEIRA FABRIS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 30/09/2024 às 12:57:08.*